

ARTIGOS

DISCUTINDO O ARTIGO 'O BARÃO DO RIO BRANCO E A GEOGRAFIA' DE ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

Renato Amado Peixoto¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Enviado em 14 set. 2020 | Aceito em 25 mai. 2021

Resumo: Este texto visa discutir e complementar o artigo 'O Barão do Rio Branco e a Geografia', um dos últimos escritos produzidos por Antonio Carlos Robert Moraes e que ficou inacabado com a sua morte. Para isto, procuramos incorporar o exame da produção cartográfica do Barão do Rio Branco – conforme sugerido por Moraes, adicionamos novos elementos ao exame do diálogo entre Rio Branco, Émile Levasseur e Élisée Reclus, e buscamos compreender o contexto da escrita de 'O Barão do Rio Branco e a Geografia'. Ao fim de tudo, acreditamos que o embate entre as transformações na sociedade brasileira e a trajetória intelectual e profissional de Moraes explica a circunstância do artigo ter sido considerado inacabado ainda que já tivesse sido publicado por duas vezes.

Palavras-chave: Antonio Carlos Robert Moraes, Barão do Rio Branco, Émile Levasseur, Élisée Reclus.

DISCUSSING THE ARTICLE 'O BARÃO DO RIO BRANCO E A GEOGRAFIA' BY ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

Abstract: This text aims to discuss and complement the article 'O Barão do Rio Branco e a Geografia', one of the last writings produced by Antonio Carlos Robert Moraes and which was unfinished with his death. To this end, we seek to incorporate the examination of the cartographic production of Barão do Rio Branco - as suggested by Moraes, we add new elements to the examination of the dialogue between Rio Branco, Émile Levasseur and Élisée Reclus, and we seek to understand the context of the writing of 'O Barão do Rio Branco e a Geografia'. After all, we believe that the clash between transformations in Brazilian society and Moraes' intellectual and professional trajectory explains the fact that the article was considered unfinished even though it had already been published twice.

Keywords: Antonio Carlos Robert Moraes, Barão do Rio Branco, Émile Levasseur, Élisée Reclus.

DISCUTIENDO EL ARTÍCULO "EL BARÓN DE RIO BRANCO Y LA GEOGRAFÍA" DE ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

Resumen: Este texto pretende discutir y complementar el artículo 'El barón de Rio Branco y la geografía', uno de los últimos escritos de Antonio Carlos Robert Moraes y que quedó inconcluso con su muerte. Para ello, buscamos incorporar el examen de la producción cartográfica de Barão do Rio Branco - como sugiere Moraes, agregamos nuevos elementos al examen del diálogo entre Rio Branco, Émile Levasseur y Élisée Reclus, y buscamos comprender el contexto de la redacción de 'O Barão do Rio Branco y Geografía'. Después de todo, creemos que el choque entre las transformaciones de la sociedad brasileña y la trayectoria intelectual y profesional de Moraes explica el hecho de que el artículo se consideró inacabado a pesar de que ya había sido publicado dos veces.

Palabras clave: Antonio Carlos Robert Moraes, Barão do Rio Branco, Émile Levasseur, Élisée Reclus.

1. Doutor em História pela UFRJ, professor do Programa de Pós-Graduação e do Departamento em História da UFRN. Orcid <https://orcid.org/0000-0002-2342-4215> e-mail renatoamadopeixoto@gmail.com.

Introdução

Elaborado para ser apresentado em alguns dos eventos que lembrariam dos cem anos do falecimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior – o Barão do Rio Branco, em 2012, o artigo “O Barão do Rio Branco e a Geografia” foi também um dos últimos escritos de Antonio Carlos Robert de Moraes, professor da Universidade de São Paulo (USP).

Publicado pela primeira vez na coletânea *Barão do Rio Branco: cem anos de memória*, organizada para a Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), esse texto revela um caráter de incompletude, apesar da rigorosa pesquisa e análise feita por Moraes. Essa impressão nos é confirmada por Paulo Roberto de Albuquerque Bonfim, o revisor de sua republicação na revista Terra Brasilis, ao revelar que embora Paranhos Júnior fosse um dos grandes interesses de pesquisa de Moraes, desde a graduação no início dos anos 1990, e que o artigo “O Barão do Rio Branco e a Geografia” tivesse sido apresentado e publicado em 2012, Moraes o convidou a discutir o texto em 2013, posto que o considerava inacabado (MORAES, 2015, p. 1). Contudo, não tiveram a oportunidade de fazê-lo. Com o falecimento de Moraes, em julho de 2015, Bonfim apenas tratou de corrigir imprecisões e adicionar algumas citações para a republicação, permanecendo o texto no estado com que o autor lhe avaliara, apesar da oportunidade de se poder completá-lo.

Assim, lembrando-nos das circunstâncias que cercam esse artigo, pensamos na oportunidade de trazer a sua discussão para a sessão Nossos Clássicos Brasileiros da revista *GEOgraphia*, mas uma evidente dificuldade se colocava: de que modo enfrentar essa tarefa sem o concurso de Moraes se o próprio Bonfim não a levou a cabo?

Primeiro, procurei acrescentar o olhar historiográfico que havia sido reclamado por Moraes aos geógrafos, depois acrescentei o exame cartográfico, pois Tonico (como também Moraes é afetuosamente chamado) instiga os investigadores do Barão do Rio Branco a investirem nos mapas, de modo a poderem perceber a interpenetração dos dois planos de atuação de Rio Branco: o do conhecimento disciplinar, “como um refinado geógrafo”, e o da atividade diplomática, “como um construtor prático de territórios” (MORAES, 2015, p. 2). Já que a cartografia é um dos meus interesses de pesquisa, achei conveniente juntar essa perspectiva até para que se ampliasse o alcance do exame feito por Moraes.

Finalmente, sendo o objeto de pesquisa também do meu interesse, lembrei-me que um dos gêneros de escrita prediletos de Rio Branco era o Anotação e que foi exatamente por textos com essa característica, ou próximos dela, que ficaria lembrado o caso das *Anotações à História da Guerra da Tríplice Aliança*, em que ele corrige a obra de Luiz Schneider para a sua publicação brasileira. Também o fez em *Efemérides brasileiras* – pequenos textos publicados de forma seriada no *Jornal do Brasil*, e que depois foram reunidos num volume que ainda é hoje recitado na abertura das sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Entendo que em cada uma das obras o termo “anotação” deva ser pensado diferentemente, pois deriva não apenas do latim *annotatio* e que pode ser traduzido como comentário, esclarecimento – característica das *Anotações à História da Guerra da Tríplice Aliança* –, mas também de *annotare*, que implica em assentar e anotar, caso das *Efemérides brasileiras*.

Sendo assim, pensei: porque não comentar o texto de Moraes, esclarecer certas passagens, assentar ideias que ficaram soltas, sublinhar as suas preocupações e ainda ser fiel ao seu objeto? A meu ver, o maior problema da estratégia é que esta acabaria obrigando os leitores mais atentos a ter de contar com o auxílio do artigo “O Barão do Rio Branco e a Geografia”, mas, folhear, passear por uma das obras de Tonico, não seria mais uma homenagem a ele?

Então, me pus a trabalhar utilizando a versão do texto corrigida por Bonfim para notar que a primeira preocupação de Moraes foi apontar que o seu procedimento de análise era familiar aos historiadores, acostumados a distinguir entre a história e a historiografia, mas que se mostraria estranho aos geógrafos.

Segundo ele, como a palavra “geografia” passou a condensar tanto o fato quanto o discurso, tornou-se difícil para o geógrafo abarcar as possibilidades analíticas de um exame sobre o Barão do Rio Branco, porque este havia associado de forma exemplar os universos do fato e do discurso, seja na geografia política “como um construtor prático de territórios” seja na história da ciência enquanto “um geógrafo refinado, um interprete da formação territorial do Brasil” (MORAES, 2015, p. 2).

Essa dificuldade adviria do fato de que, há muito, os geógrafos tinham abandonado termos como corologia e corografia, que diziam respeito à qualificação das representações e aos discursos criados na relação entre os fenômenos na superfície terrestre e a sua materialidade. Quanto a isto, Moraes lembrou que Milton Santos chegou, inclusive, a propor o termo “espaciologia” (MORAES, 2015, p. 16), de modo a se poder pensar nos termos de uma geografia renovada a qual ocupar-se-ia de uma história feita nos diferentes níveis: internacional, nacional, local (SANTOS, 1978).

De certo, esta preocupação de Moraes e de Santos, hoje, também vai ao encontro dos anseios da construção de uma História dos Espaços plural, consciente de seu legado historiográfico e ansiosa pela colaboração entre geógrafos e historiadores.

Acredito que é a partir dessas impressões que Moraes constitui a maior parte do seu texto como um exame dos escritos geográficos do Barão e das obras em que estavam inseridos, a saber: *Le Brésil* (1889), organizada por Émile Levasseur para a *Grande Encyclopédie* (MORAES, 2015, p. 2-7); *Dom Pedro II, Empereur du Brésil* (1889), assinado por Benjamin Mossé, mas redigido ou reescrito por Rio Branco (MORAES, 2015, p. 7-8); *Le Brésil en 1889* (1889 e 1894), organizada por Frederico José de Santa-Ana Nery para a Exposição Universal de Paris, que inclui o famoso *Esquisse de l'Histoire du Brésil* [Esboço da História do Brasil] da autoria de Rio Branco (MORAES, 2015, p. 8-12); e, *Estados Unidos do Brasil* (1894), publicada em francês por Élisée Reclus como o segundo capítulo do volume XIX de sua *Nouvelle Géographie Universelle* (MORAES, 2015, p. 12-14).

As obras corográficas do Barão do Rio Branco

Moraes começa ressaltando a obra de Levasseur como aquela onde as concepções de geografia do Barão melhor transparecem, disserta sobre a grande importância do seu autor para o estabelecimento da escola possibilista na França, e lamenta que este reconhecimento seja dado apenas a Vidal de La Blache. Como Moraes já havia apontado que *Le Brésil* é o resultado da parceria de Levasseur com Rio Branco, fica implicitamente sublinhada a importância, a recepção e a atuação deste último, enquanto geógrafo.

Ainda que a obra estivesse estruturada de modo a poder ser localizada no campo estrito da geografia, conforme pode ser aferido pelo agrupamento das matérias em três grandes blocos (Geografia Física, Política e Econômica) típico das “geografias universais” de então, o trabalho de Rio Branco se enquadraria melhor no modelo da corografia, distante daquilo que seria padronizado no início do século XX sob o rótulo de “monografia regional” (MORAES, 2015, p. 3). Note-se que, apesar de apontar que a contribuição de Rio Branco ainda estava condicionada à utilização de antigos modelos, Moraes considera que o seu posicionamento era bastante avançado para a época, na medida em que revela sensibilidade para os assuntos da sociedade civil e abertura para o universo da cultura (MORAES, 2015).

É interessante anotar alguns deslizes no exame de Moraes, e observar que estes nos permitem avançar o seu raciocínio: no Prefácio à primeira edição da obra, Levasseur (1889) destaca Rio Branco como membro do conselho privado do Imperador do Brasil, por conseguinte, podemos acreditar que esta foi organizada e escrita entre 1884 (data da indicação) e 1888 (já que no texto se aponta a Lei Áurea e a Fala do Trono de 1888), quando a República ainda era apenas uma promessa. Por sua vez, a segunda edição foi corrigida e acrescida com fotos inéditas de paisagens do Brasil, cedidas por D. Pedro II, sob a organização de Rio Branco. A questão é que ambas as edições ultrapassaram muito o âmbito da *Grande Encyclopédie*, uma vez que se tornaram obras de divulgação do governo brasileiro no exterior, assumidas pelo Sindicato Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris, sendo a primeira edição distribuída no encerramento da célebre Exposição, e a segunda edição, algum tempo após esse evento (LEVASSEUR, 1889).

Já sabemos que na segunda edição a arrumação dos mapas, gráficos e fotos ficou a cargo de Rio Branco. Penso não ser por acaso que o mapa do território brasileiro foi encartado exatamente na parte da Geografia Física dedicada à descrição dos limites e fronteiras, e que no mapa se declare expressamente que os limites foram traçados conforme o texto da *Grande Encyclopédie*. Assim, entendo que se deveria informar os leitores acerca do território, mas não se deveria tomar o mapa como uma prova da posição do governo nas questões de fronteiras.

O Barão do Rio Branco também participou da elaboração de três mapas topográficos encartados em *Le Brésil* – os mapas de Recife e Olinda, Salvador e Rio de Janeiro –, assim como da construção de três diagramas dedicados à geografia econômica, sendo que dois deles merecem atenção especial.

Em um desses diagramas, Rio Branco faz uma análise instigante, contrapondo a “importação de africanos” à “imigração europeia” e mostrando a relação destas com a construção das estradas de ferro: o fim da importação coincidiu com a introdução das ferrovias, assim como o incremento da imigração coincidiu com o aumento na quantidade de trilhos assentados (LEVASSEUR, 1889, p. 77).

Noutro, apresenta os principais problemas militares (guerras civis, separatismos, guerras externas), iniciativas econômicas (construção de estradas de ferro) e jurídicas (reformas criminais e judiciárias, leis abolicionistas) em paralelo à evolução das receitas do tesouro e às importações e exportações junto. No caso, se demonstram que a organização dos institutos jurídicos e criminais, bem como superação das guerras civis e revoluções separatistas em Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, levaram a um aumento do comércio, dos transportes e das receitas, só abalado, passageiramente, pela Guerra do Paraguai (LEVASSEUR, 1889).

Acredito que a tabulação e organização desses dados para a segunda edição de *Le Brésil* foi a base do arrazoado de Rio Branco na obra *Dom Pedro II, Empereur du Brésil* (1889), mesmo porque as inúmeras referências a *Le Brésil* em seu texto indicam que *Dom Pedro II, Empereur du Brésil* foi escrito depois da primeira edição daquela obra, provavelmente em meados de 1889. É interessante frisar essa observação porque Rio Branco escreve sob a proteção do nome de Benjamin Mossé, tomando a liberdade de apontar o seu nome enquanto o grande especialista em vários assuntos, como no caso em que trata da questão da autonomia provincial: “Expressimos ao Barão do Rio Branco o desejo de conhecer a sua opinião sobre esta questão [...]. Em sua opinião é bastante criar nas províncias mais importantes duas Câmaras e o governo parlamentar” (MOSSÉ, 1929, p. 65-66).

Ao analisar os capítulos “Um pouco de geografia física do Brasil” e “Civilização e Progresso”, Moraes repara que Rio Branco empregou uma “ótica claramente geopolítica” e “um tom apologético” ao afirmar as vantagens do unitarismo sobre o federalismo (MORAES, 2015, p. 7). Também observa que a geografia econômica estava bem contemplada nos dois capítulos, pois eram apresentados e discutidos os dados do crescimento da receita, do comércio exterior, da quantidade de ferrovias, da

extensão das linhas telegráficas (que não está trabalhada nos gráficos), e do número de imigrantes (MORAES, 2015).

Ora, o arazoado de Rio Branco em *Dom Pedro II, Empereur du Brésil* se baseia quase que exatamente nos dados desenvolvidos em forma de diagramas em *Le Brésil*, e se não existe uma uniformidade no tratamento desses dados é porque cada uma dessas obras visava um público diferente. Ao contrário do tom acadêmico da obra de Levasseur, *Dom Pedro II, Empereur du Brésil* é uma obra de encomenda, preparada para a celebração do jubileu do reinado de D. Pedro II em 1890, e cabe-lhe, portanto, o rótulo de livro de propaganda “dos feitos do país e de seu rei-filósofo”, pespegado por Moraes (MORAES, 2015, p. 8).

A outra obra, da qual Rio Branco participou nesse período, foi *Le Brésil en 1889*, editada por Frederico José de Santa-Ana Nery, financiada pelo Sindicato Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris, e por uma subvenção do Senado (MORAES, 2015). Nessa coletânea, sairia publicada o célebre *Esquisse de l'Histoire du Brésil* [Esboço da História do Brasil] de Rio Branco, considerada por Moraes a obra de maior influência do Barão, inauguradora de um gênero geográfico-histórico (a formação territorial do Brasil) e referência para os manuais sobre a matéria (MORAES, 2015).

No que tange à articulação do *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, é necessário fazer algumas correções ao texto de Moraes: segundo este, haveria nesse texto a repetição de várias frases e parágrafos inteiros de *Le Brésil* e de *Dom Pedro II, Empereur du Brésil* (MORAES, 2015). Mas sabemos que a segunda obra foi escrita apenas em meados de 1889, e que o *Esquisse de l'Histoire du Brésil* foi escrito entre a segunda quinzena de novembro de 1888 e a inauguração da Exposição Universal de Paris, em 6 de maio de 1889. Por conseguinte, as repetições não se dão no *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, mas em *Dom Pedro II, Empereur du Brésil*, até porque este livro foi reescrito às pressas por Rio Branco, em razão de Benjamin Mossé não ter podido apresentar um texto à altura da celebração do Jubileu.

Em relação à *Le Brésil en 1889*, também é necessário apontar que Rio Branco não apenas colabora escrevendo o *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, mas que também participa enquanto cartógrafo, como aliás já o fizera na obra de Levasseur.

Em *Le Brésil en 1889*, ele ficou responsável pela revisão da carta da América do Sul extraída do *Atlas de géographie générale du Colonel Niox* e dos mapas e planos topográficos nela enquadrados (o mapa da Província do Rio de Janeiro e os planos de Recife e Olinda, Salvador e Rio de Janeiro).

É interessante observar os recursos manejados por Rio Branco nessa revisão da carta da América do Sul: foi incluído, no canto superior direito da folha, um mapa da França na mesma escala que o da Carta (1:16.000.000), conseguindo o efeito de mostrar a diferença de grandezas entre o Brasil e o país europeu. Noutro sentido, o de apontar a indeterminação dos limites, se deixa de utilizar o efeito do tracejado para exibir as fronteiras brasileiras apenas na altura do que seria hoje o Acre e se adiciona a expressão “Territoire non exploré”, curiosamente já se apontando o futuro litígio com a Bolívia.

Por sua vez, as fontes para a revisão dos planos topográficos da carta da América do Sul são claramente os planos mais detalhados da segunda edição da obra de Levasseur, apenas não sabemos se esses já estavam prontos ou ainda em desenho na época em que Rio Branco fez a revisão da carta da América do Sul (NERY, 1889).

Em relação ao *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, deve-se acrescentar que Rio Branco adota uma tese minoritária em sua época, a da intencionalidade da descoberta do Brasil, a qual somente seria consagrada várias décadas mais tarde (NERY, 1889). Em relação ao pioneirismo desse texto, Moraes considera que

[...] uma ótica da constituição do território comanda a narrativa, com os temas do domínio do espaço e do seu povoamento ocupando o papel de eixo de toda a argumentação [...] é a conformação do território herdado da colonização portuguesa que norteia a exposição (MORAES, 2015, p. 9).

Contudo, é necessário apontar que embora o *Esquisse de l'Histoire du Brésil* tenha, realmente, criado as bases de uma narrativa da ocupação geográfico-histórica do território, ainda não haviam sido instituídas as condições a partir das quais o gênero da “formação territorial” se estabeleceria, dentre elas a própria atuação de Rio Branco à frente do IHGB e do Ministério das Relações Exteriores.

Por sua vez, o texto “Formação dos limites”, parte X dos *Capítulos de História Colonial* (1907) de Capistrano de Abreu, desenvolveria a narrativa de Rio Branco, adensando-a com uma descrição mais minuciosa dos tratados coloniais, muito provavelmente tomada de empréstimo dos textos do diplomata e geógrafo Duarte da Ponte Ribeiro.

No entanto, somente após as discussões encetadas no Primeiro Congresso de História Nacional, organizado pelo IHGB em 1914, é que se estabeleceria uma narrativa mais centrada nos tratados e na demarcação dos limites, onde o papel dos diplomatas passava ao primeiro plano. Isso aconteceu, de fato, no Congresso Internacional de História da América em 1922, quando a comunicação *Formação dos Limites do Brasil* (escrita em 1919) foi apresentada pelo Almirante José Cândido Guillobel, um dos auxiliares de Rio Branco. Esta obra foi publicada como separata em 1922 e republicada em 1930 no último tomo dos *Anais do Congresso Internacional de História da América*, tornando-se, assim, a primeira obra dedicada integralmente a essa ótica e, de fato, inaugurando o gênero da “formação territorial”.

Por conseguinte, penso que o *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, junto com os *Capítulos de História Colonial*, seriam mais bem considerados enquanto precursores diretos da obra *Formação dos Limites do Brasil* de Guillobel. Vale lembrar que, embora não desenvolva uma análise em torno de *Capítulos de História Colonial*, Moraes nota a importância da colaboração entre Capistrano e Rio Branco, assinalando que ambos partilhavam uma concepção integrada da geografia e da história.

No tocante à relação entre as três primeiras obras analisadas (*Le Brésil; Dom Pedro II, Empereur du Brésil; Le Brésil en 1889*) Moraes chama atenção ao fato de que Rio Branco apresentou, num curto espaço de tempo, “a formulação fundamental de sua interpretação histórica e geográfica do Brasil, resultado de uma pesquisa minuciosa em bibliotecas e arquivos que lhe consumiu mais de duas décadas” (MORAES, 2015, p. 10). É interessante agregar à observação de Moraes, que essas publicações resultaram dos contatos estabelecidos quando de sua visita ao Brasil em 1887, e do fato que retornou à Europa acompanhando D. Pedro II, que para lá se deslocava em busca de tratar a sua saúde.

O anarquista e o Barão

Em relação à última obra geográfica de Rio Branco analisada por Moraes, é necessário fazer logo uma retificação: o texto do Barão é um anexo da tradução para o português do capítulo dedicado ao Brasil no séc. XIX, volume da enciclopédia *Nouvelle Géographie Universelle* de Élisée Reclus. Além do Brasil, esse volume incluía as Guianas, o Uruguai e a Argentina; e no capítulo dedicado à Guiana Francesa, a parte V era denominada de “Territoire Contesté Franco-Brésilien”, na qual Reclus fazia uma avaliação favorável às ambições francesas sobre porções dos atuais estados do Amapá e Pará (RECLUS, 1894, p. 85-90).

Por conseguinte, o texto não se chama “Anotações sobre o território contestado”, mas “Território Contestado Franco-brasileiro”, e é a tradução do texto de Reclus feita pelo próprio Rio

Branco, que trabalha utilizando o gênero da Anotação, no caso em tela, rebatendo os argumentos do geógrafo francês que usa a adição de notas ao texto traduzido, respeitando as notas de Reclus.

Rio Branco se preocupa fundamentalmente com dois problemas: rebater as afirmações que procuram cristalizar o uso da toponímia utilizada pelos franceses, exatamente porque era nisso que se baseavam as suas reclamações territoriais; e desmentir a existência da República de Cunany, apontando que ela fora uma invenção de aventureiros na Europa, mas que ninguém da região soubera de sua existência. Este era um ponto especialmente importante, porque a narrativa francesa trabalhava a ideia de que os habitantes locais almejavam a anexação à França, e que a criação dessa República fora o resultado do insucesso de serem atendidos os seus pleitos.

No mais, as notas de Rio Branco operavam do sentido de atualizar o conhecimento geográfico e de esclarecer acerca da história da região, obviamente criando o efeito de que Reclus conhecia menos a região do que deveria – uma inferência estratégica, dada à reputação de seu autor e o alcance e a importância da *Nouvelle Géographie Universelle*.

Muito interessante para a nossa análise é que nessa passagem do artigo de Reclus, Moraes se manifesta por duas vezes surpreso diante da bizarra cooperação e do estranho apreço entre dois autores que se acreditava tão díspares: Reclus era um ativista anarquista, participara da Comuna de Paris e fora banido perpetuamente da França, enquanto que José Maria da Silva Paranhos Júnior recebera um título nobiliárquico, era um monarquista decidido e prestigiava os salões da moda.

Ora, para Moraes, a afinidade disciplinar parecia ser a única força capaz de explicar e impelir duas pessoas tão diferentes a se corresponder, dialogar e se conhecer pessoalmente (MORAES, 2015).

É interessante raciocinar que cada um deles, à sua maneira, era também bastante contraditório: o anarquista assinara um contrato de grande vulto com uma das principais editoras europeias, e defendia nos seus textos os direitos territoriais do Estado que o baniu; por sua vez, o Barão tornar-se-ia ministro da mesma República que exilara para sempre o seu bem-amado Pedro II.

Acredito que a intuição de Moraes aponte na direção certa, e me parece que os espíritos contraditórios de Reclus e Rio Branco se alonguem tanto que acabam chegando a se tocar em seus extremos, como bem se pode aventar por meio da crítica ferina feita por Reclus ao governo e à administração do Brasil. Ao final, ao leitor não parece que o texto foi escrito por um monarquista?

A República federativa foi proclamada e, todavia, por estranha inconseqüência, o povo não foi consultado para saber quais deveriam ser os grupos constituintes da federação. Limitaram-se a mudar os nomes das circunscrições do Império: de províncias passaram a Estados, posto que a divisão seja defeituosa a todos os respeitos e não corresponda de modo às que teriam formado, se fosse consultada a vontade das populações (RECLUS, 1900, p. 460).

O Senado tem o direito quase ilusório de julgar o presidente sob proposta da Câmara dos Deputados. De fato, [o presidente] esse está armado de poderes monárquicos muito superiores ao que tinha o soberano. O corpo judiciário, que a ficção da lei considera igual em influência ao poder legislativo e ao poder executivo acha-se realmente nas mãos de quem nomeia os seus membros [...] A Constituição brasileira, com haver imitado quase servilmente a dos Estados Unidos do Norte, não dará por isso aos brasileiros o espírito anglo-saxônico: cada artigo da Carta há de ser interpretado segundo o modo de pensar, as tradições, os costumes e as paixões dos sul-americanos filhos de portugueses. É assim que os poderes reais dados ao presidente dos Estados Unidos, e por imitação, ao Brasil, levaram logo o governo à prática da ditadura (RECLUS, 1900, p. 462-463).

Comentários à conclusão de “Barão do Rio Branco e a Geografia”

Terminada a análise dos textos geográficos do Barão, Moraes inicia a conclusão de seu artigo. Entretanto, apesar de tê-lo estruturado essencialmente como um exame do desenvolvimento das ideias geográficas de Rio Branco, das obras em que estavam inseridas e dos contextos políticos e intelectuais de sua produção, ele não se arriscou a alinhar o seu desfecho a partir dos elementos que reuniu, mas, surpreendentemente, preferiu tomar emprestado o raciocínio da socióloga Maria Alice Rezende de Carvalho (MORAES, 2015, p. 13-14).

Penso que o desfecho do artigo de Moraes poderia ter sido alinhavado por meio das seguintes constatações feitas em meio da análise dos escritos geográficos do Barão do Rio Branco:

- 1) O contexto da passagem do Império para a República e a discussão de temas-chave como regionalização, federalismo e centralismo marcaram profundamente as ideias do Barão do Rio Branco e encaminharam a sua adequação a uma ótica geopolítica;
- 2) O Barão do Rio Branco e Capistrano de Abreu partilhavam uma concepção integrada da história e da geografia, que foi utilizada pelo primeiro na defesa dos pleitos nacionais e na prática diplomática;
- 3) Os escritos do Barão do Rio Branco influenciaram decisivamente a geografia e a história do Brasil e se tornaram referência para os manuais dessas disciplinas;
- 4) Rio Branco dialogou e colaborou intensamente com dois dos maiores geógrafos de sua época – Émile Levasseur e Élisée Reclus – tornando-se mesmo coautor de algumas de suas publicações. Por conta disso, se pode aventar o alcance, o avanço e a importância das suas ideias geográficas, assim como se pode defender a sua incorporação à escola “possibilista” da geografia).

Ainda mais: como Moraes examinou apenas os escritos do período anterior ao protagonismo político de Rio Branco, isto é, antes das Questões de Palmas e do Amapá e de ser nomeado Ministro das Relações Externas e Presidente Perpétuo do IHGB, pressupõe-se que ele entendia que o Barão já dispunha de um capital intelectual e político muito significativo antes do seu protagonismo, e que isto explica o seu desempenho político.

Por conseguinte, penso que o desenho do texto e o encaminhamento das reflexões de Tônico deveriam ter levado à elaboração de uma conclusão onde se sublinharia o peso, o avanço e a qualidade das compreensões geográficas do Barão para explicar a sua atuação no campo político. Mas, por que Moraes, em contraposição à sua análise, apequenou Rio Branco no desfecho de seu artigo? Por que cedeu à tentação de interpretá-lo enquanto apenas mais “um forte representante” (MORAES, 2015, p. 14) do grupo intelectual que havia concebido e plasmado o mantra do território como “chave mágica”, a “chave da identidade desse agrupamento” e a “chave da nacionalidade” (MORAES, 2015, p. 14)?

Moraes na encruzilhada historiográfica

Note-se que Moraes escrevia um texto destinado a ser juntado à coletânea que lembraria o centenário de falecimento do Barão do Rio Branco, editado pela Fundação Alexandre de Gusmão, ligada ao MRE e que a base de seu texto eram os artigos de Virgílio Correia Filho (1945) e Renato Barbosa Rodrigues Pereira (1945), escritos para a *Revista Brasileira de Geografia*, e que foram publicados na edição comemorativa do centenário de nascimento do Barão do Rio Branco.

Virgílio Correia Filho era sócio atuante do IHGB e autor da própria narrativa histórica do Instituto, celebrada no Terceiro Congresso Nacional de História, em 1938, o ano do centenário do IHGB. Já Renato Pereira vinha a ser o consultor técnico do MRE, logo, ambos eram vozes interessadas na ereção de um padrão de apreciação que condissesse à celebração e que integrasse o esforço pela criação do Instituto Rio Branco, naquele mesmo ano.

Nesse ponto, alguns leitores irão pensar que o centro do problema era o tom laudatório dos artigos, aliás, bem característico das publicações ligadas ao IHGB e ao corpo diplomático, mas penso que em 1945 a questão não era essa.

Diferentemente do que se poderia supor, a historiografia então desdenhava do papel histórico de Rio Branco e de suas qualidades: no excelente balanço historiográfico feito por Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt (1945) para a *Revista do IHGB*, se podia ler a seguinte apreciação:

A grande virtude enxergada no Rio Branco estadista era o desapareço à política, com a recondução da diplomacia brasileira aos valores sólidos e graves que a haviam norteado no Segundo Reinado, fora da competição partidária e da caudilhagem, permitindo ao país sair ileso da investida imperialista, isolando os que defendiam os interesses estrangeiros. Além disso, se salientava que Rio Branco havia recuperado a tradição de se constituir uma linhagem de técnicos e especialistas no Itamaraty, alheia ao favoritismo político e capaz de representar dignamente a cultura e a civilização do país no exterior.

Contudo, segundo Bittencourt, mesmo os predicados de Rio Branco foram acompanhados pelo apontamento minucioso de seus defeitos: o desregramento boêmio da juventude e a glotonaria da velhice; a falta de inteligência política e de criatividade na condução das coisas do Estado; o desapareço pelo sistema federativo e a criação de uma política de favoritismo no MRE. Bittencourt lembra também que muitos consideravam Rio Branco apenas um grande advogado, feliz, hábil e que sua ascensão na República se devera mais à sorte que às suas virtudes, inclusive, havendo-se cunhado um dito para dar conta dessa sugestão: "Este cartógrafo feliz!" (PEIXOTO, 2016, p. 55).

É exatamente pela expressão depreciativa "Este cartógrafo feliz!", cunhada por Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, que Virgílio Correia Filho inicia o seu artigo, procurando mostrar que, além de cartógrafo, Rio Branco fora também geógrafo de destaque e geopolítico, e que essas qualidades o destacaram em meio à sua geração (CORREIA FILHO, 1945, p. 261).

Ora, é pelo veio historiográfico aberto pelo talentoso Virgílio Correia Filho, então na contramão das apreciações no próprio IHGB, que Robert de Moraes delinea toda a atividade de análise em "O Barão do Rio Branco e a Geografia": procurou sustentar a argumentação de Virgílio Correia Filho pelo exame e contextualização de todos os textos geográficos de Rio Branco, iluminou o estado da geografia à época, mostrou o seu diálogo com geógrafos de renome internacional, e apontou o seu posicionamento em meio ao campo da geografia, sempre atentando para o recorte temporal anterior ao protagonismo político do Barão.

Após todo esse esforço, Moraes bem poderia concluir: não houve sorte e nem favoritismo, pois efetivamente o geógrafo José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, possuía qualidades que o destacaram e o tornaram apto, dentre outras coisas, a derrotar o famoso geógrafo Paul Vidal de La Blache na Questão do Amapá, já em 1900.

No entanto, o momento intelectual e político cobrava o seu preço e isto pode ser abstraído pelo discurso da oradora da turma 2010-2012 do Instituto Rio Branco, ano do centenário de falecimento do Barão, proferido frente à primeira mulher eleita presidente do Brasil:

Cem anos atrás falecia José Maria da Silva Paranhos Júnior, homem branco, nascido no centro político e econômico do país, o Barão do Rio Branco. Quatro meses atrás falecia Milene Oliveira de Medeiros, mulher negra e acreana, cidadã acreana. Ela e ele, diplomatas separados pelo

longo século XX. Milena não foi heroína, não foi estadista, não foi embaixadora, não viveu o suficiente para isso [...].

Durante o processo de escolha do nome da turma, consideramos, dentre outros, o do Barão, nada mais natural do que homenagear o patrono da diplomacia brasileira, que deu o nome à academia diplomática pela qual nos formamos hoje. O que pensarão as futuras gerações de diplomatas ao descobrirem que a turma que se formou no ano de 2012, no centenário do falecimento do Barão, não escolheu o seu nome para Patrono? Saberão que nossa turma escolheu homenagear uma mulher negra, parte desse restrito grupo que conseguiu vencer os obstáculos e injustiças históricas que fizeram aparecer em seus caminhos. Entrou pela porta da frente em uma sociedade que sempre escondeu nos fundos as questões com as quais tem que lidar.

Mais simbólico que escolher o Barão foi escolher Milena, nascida em Rio Branco, homenageá-la também é homenagear José Maria [...] (MRE, 2012).

Considerações finais

Em minha opinião, Moraes se viu perdido em meio ao embate em torno das narrativas de Nação, uma verdadeira encruzilhada historiográfica, não sabendo como se conduzir ou achando por bem contemporizar em face dos intensos debates intelectuais e posicionamentos políticos assumidos no Instituto Rio Branco, onde possuía vários interesses de atuação.

Lembro que a repetição do termo “chave” na conclusão de Moraes não é um dado desprezível: efetivamente não existe “chave-mágica” que permita a abertura da porta de saída, nem alguma espécie de bússola que adivinhe o caminho seguro a tomar, apenas nos sobra ser coerente conosco e com o que a nossa pesquisa permite trilhar.

O fato é que o adolescente Tonico ficou interrompido e o escrito de “O Barão do Rio Branco e a Geografia” empoeirou-se inacabado. Dividindo com Moraes o mesmo interesse, tenho certeza que também lhe vinha aos olhos a triste imagem pintada pelos biógrafos de José Maria da Silva Paranhos Júnior: a figura rotunda e solitária do velho geógrafo que, sentado à beira do cais, sofria na calva e na alva pele o afago da tórrida brisa carioca.

Os seus pequenos olhos negros acompanhavam os capturados barcos de sua sonhada Armada – Bailando céleres em 1910, durante a Revolta da Chibata, eles pareciam desenhar nas turvas águas da Baía da Guanabara o enredo que terminaria por lhe sobrar na Geografia.

Referências

- BITTENCOURT, L. (1945) Quem escreveu e como escreveu acerca do Barão do Rio Branco. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 187, p. 3-60, abr.
- CORREIA FILHO, V. (1945) A geografia como fator das vitórias do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 7, n. 2, p. 261-303.
- LEVASSEUR, É., et al. (1889) Le Brésil. *La Grande Encyclopédie*. 2. ed. Paris: H. Laumirault.
- MOSSÉ, B. (1929) *Vida de Dom Pedro II*. 2. ed. São Paulo: Cultura Brasileira.
- MORAES, A. (2015) O Barão do Rio Branco e a Geografia. *Terra Brasilis*, São Paulo, n. 5.
- MRE. Discurso proferido pela oradora Secretária Maria Eugênia Zabotto Pulino, por ocasião da cerimônia de formatura da Turma "Milena Oliveira de Medeiros". *Youtube*. 20 de abr. 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=d02HOA8Flp0>>. Acesso em: 4 set. 2020.
- NERY, F. (1889) *Lé Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave.
- PEIXOTO, R. (2016) O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a História da Formação Territorial do Brasil e sua articulação com a História da Cartografia brasileira. *História da Historiografia*, p. 46-65.
- PEREIRA, R. (1945) O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 7, n. 2, p. 187-244.
- RECLUS, É. (1900) *Estados Unidos do Brasil*. Geographia, Ethnographia, Estatística. Rio de Janeiro: H. Garnier.
- RECLUS, É. (1894) *Nouvelle Géographie Universelle*. Paris: Librairie Hachette, v. XIX (Amérique du Sud).
- SANTOS, M. (1978) *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec.